

02.02.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Escola Secundária Dom Manuel Martins, em Setúbal.

Isabel Araújo (Diretora da escola), Maria José Gervásio (Subdiretora), Leocácia Guerreiro (representante da Associação de Pais) e João Lourenço (representante dos alunos no Conselho Geral).

Recebidos por: Deputada Laura Monteiro Magalhães (PSD, que presidiu à reunião), Miguel Tiago (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Joana Mortágua (BE).

Assunto: Diminuição progressiva do número de alunos.

Exposição: A Deputada Laura Monteiro Magalhães (PSD), que presidia à reunião, cumprimentou os elementos da delegação, indicou a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os membros da delegação agradeceram a audiência e referiram que a escola ministrava o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário e no passado tinha muitos alunos, enquanto na atualidade tinha poucos, entendendo que isso se devia ao facto de estar na periferia da cidade e os alunos preferirem as escolas do centro.

Indicaram depois que a escola tinha sido intervencionada pela Parque Escolar, E.P.E., estando dotada de boas instalações e equipamentos, embora sem pavilhão desportivo, sendo a escola de Setúbal com mais cursos profissionais, 5 cursos, mas tendo apenas 600 alunos.

Acrescentaram que as escolas no centro da cidade tinham muitos alunos, nalguns casos com turmas que excediam o número de alunos previsto na lei, salientando que a autorização para o efeito era dada pelo conselho pedagógico da escola, enquanto no caso de turmas com um número inferior ao estabelecido na lei, a autorização tinha de ser do Ministério da Educação.

Salientaram ainda que muitos alunos indicavam moradas de familiares e amigos para poderem matricular-se nas escolas do centro da cidade, defendendo que deveria haver maior controlo dessas situações.

Por último, indicaram que no ensino secundário, atento o baixo número de alunos, têm uma turma que inclui alunos de economia, artes e ciências.

Interveio de seguida o Deputado Miguel Tiago (PCP), referindo que a hipótese do respeito pela liberdade de escolha por parte dos alunos e das famílias fazia com que houvesse escolas sobrelotadas. Indicou depois que os transportes escolares para a escola não eram muito favoráveis, o que poderia gerar menos matrículas na mesma e salientou que se tratava de uma escola ótima e com boas tradições.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

A terminar, indicou que iam ver na Assembleia da República e na autarquia quais as medidas a adotar para se resolver a situação.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) realçou que a escola desenvolvia projetos inovadores, com o patrocínio do Ministério da Educação, como tinha constatado na visita que tinha feito à mesma e não obstante isso tinha poucos alunos, enquanto outras estavam sobrelotadas. Informou ainda que já tinham dirigido uma pergunta ao Ministério da Educação sobre a divisão dos alunos pelas escolas e estavam a aguardar a resposta.

A Deputada Laura Magalhães (PSD) agradeceu as informações; referiu que ia discutir a matéria no respetivo Grupo Parlamentar e questionou o que era e o que fazia a escola de aula do futuro, qual o aspeto diferenciador da escola em relação a outras e quais as medidas a tomar para aumentar o número de alunos.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os membros da delegação referiram que a instalação da sala de aula de futuro se deveu ao facto de o Ministério da Educação ter pretendido criar uma sala dessas em Portugal, idêntica a uma de Bruxelas, para formação de professores, tendo lançado um concurso para o efeito, que tinham ganho. A sala inclui investimento de empresas do mercado empresarial da zona e integra uma nova metodologia de ensino, sendo uma sala não tradicional, com equipamento específico, em que pode ser desenvolvido um projeto por alunos, com a participação de 2 professores e têm dado formação a outras escolas sobre a mesma.

Indicaram depois outro projeto diferenciador, o centro de interpretação ambiental, que desenvolve um projeto na área ambiental, com muitos prémios ganhos.

Referiram depois como dificuldades o facto de a rede de transportes que serve a escola ser má e apresentaram as seguintes propostas: alteração do regime de matrículas, diminuição do número de alunos por turma, controlo da mudança de residência dos encarregados de educação, bem como do limite do número de alunos por turma.

Indicaram que a Escola Sebastião da Gama tinha cerca de 3.400 alunos e a Barbosa du Bocage mais de 1.000 alunos e registavam falta de material escolar. Salientaram que se atendia em primeiro lugar às escolhas dos pais e em consequência 80% dos alunos do concelho estavam concentrados em 2 escolas, pelo que havia uma distribuição desequilibrada.

Pediram a reponderação das regras pelo Ministério da Educação, a solução dos transportes escolares pela autarquia e referiram que se distinguiam pelas relações humanas e desenvolviam muitos projetos.

A Deputada Joana Mortágua (BE), que entretanto tinha chegado, indicou que iria ter em conta a situação.

O Deputado Miguel Tiago (PCP) acrescentou que o PCP proporia novamente a diminuição do número de alunos por turma e referiu que as escolas concorriam entre si, não funcionando em rede.

A Deputada Laura Magalhães (PSD) pediu ainda informações sobre os resultados escolares da escola.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Os membros da delegação referiram que as notas não eram muito boas porque recebiam alunos que as outras escolas não queriam e muitos alunos do ensino profissional. No passado os alunos saíam do secundário com bons resultados para acesso ao ensino superior e atualmente os resultados tinham diminuído, não espelhando as potencialidades da escola, referindo ainda que tinham muitos alunos com SASE, Serviço de Ação Social Escolar e com necessidades educativas especiais.

Por último, referiram que em Setúbal havia uma escola com grande destaque de resultados e as restantes não tinham grandes diferenças nos mesmos e salientaram que nas estatísticas do Ministério da Educação em relação ao valor acrescentado se encontravam muito bem posicionados.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 02 de fevereiro de 2016

A assessora

Teresa Fernandes

